



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

Aos 02 dias do mês de março de 2016, pelas 08:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP, (requerimento oral) para «Debater o reforço da capacidade de resposta do SNS»

Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP, (requerimento oral) para «Debater o reforço da capacidade de resposta do SNS»

(a audição foi integralmente gravada)

O Presidente da Comissão deu nota da grelha de tempos a utilizar nesta audição, que terá apenas uma ronda de cinco minutos por grupo parlamentar, iniciando-se com a intervenção do requerente, respondendo o Ministro no fim, em igual tempo.

O Presidente deu a palavra ao Deputado João Ramos que, depois de cumprimentar o Ministro e os Secretários de Estado, apresentou o requerimento que solicita esclarecimentos ao Ministro da Saúde sobre o reforço da capacidade de resposta do SNS. Começou por lembrar que nos últimos quatro anos o Serviço Nacional de Saúde (SNS) enfrentou problemas de subfinanciamento, de encerramento de serviços, com a conseqüente redução de capacidade de resposta, houve perda de idoneidade formativa e os profissionais viram os seus rendimentos e direitos cortados, o que levou muitos deles a saírem do SNS por não se sentirem bem tratados. Assim, o SNS deixou de poder contar com profissionais seniores que tinham uma importância fundamental nos serviços. O PCP entende que a saúde não pode ser um negócio, mas caminhou-se nesse sentido quando se eliminaram ou desativaram camas no setor público, tendo sido abertas no setor privado. E é por tudo isto que se impõe uma inversão de políticas e uma resposta às matérias relacionadas com a valorização dos profissionais de saúde, designadamente em termos de dignidade, de formação, da reposição dos seus salários e até das 35 horas semanais. O SNS precisa de reforço dos meios humanos, técnicos e financeiros, devem ser repostos os direitos dos doentes ao transporte não urgente e deve-se olhar para os obstáculos que as taxas moderadoras colocam no acesso dos doentes, enfatizando que o PCP estará sempre ao lado do esclarecimento e da prestação de contas na AR.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Fátima Ramos cumprimentou o Ministro da Saúde e os Secretários de Estado. Começou por sublinhar que o governo anterior herdou uma situação muito difícil na saúde, tendo encontrado uma dívida e um défice elevados, o que levava empresas a não quererem fornecer medicamentos ao SNS. Apesar de todos estes problemas, sempre existiu a preocupação de obter ganhos de eficiência, foi alargada a rede de cuidados continuados e, com a colaboração dos profissionais, foi possível ter mais pessoas com médico de família e reduzir o preço dos medicamentos, o que permitiu uma poupança de cerca de 470 milhões de euros. Colocou questões sobre a motivação dos profissionais, a reposição dos seus vencimentos, a contratação de médicos que tinham saído do SNS, a transição de USF modelo A para modelo B e sobre a situação em que se encontram as notas de crédito da indústria farmacêutica. Reconheceu que o portal da saúde está mais claro, mas verificou que ainda existem tempos de espera altos nalguns hospitais.

O Deputado Luís Soares cumprimentou o Ministro da Saúde e a sua equipa. Salientou que, ao ouvir a Deputada que o antecedeu, parecia que o governo do PSD/CDS-PP não havia estado em funções até há três meses. Registou com agrado que o atual governo já tenha tomado medidas para tornar a informação mais transparente e colocou questões sobre a reposição das 35 horas e a motivação dos profissionais, salientando que não é possível ter um SNS eficaz e eficiente sem ter profissionais motivados. Lembrou que o PS defende, posição que já assumia anteriormente, que se deve apostar no alargamento da rede de cuidados primários e na introdução de novas valências nos cuidados de saúde primários tais como medicina oral, reabilitação física, psicologia, nutrição e medicina visual.

O Deputado Moisés Ferreira, depois de cumprimentar o Ministro e os Secretários de Estado, lembrou que o anterior governo reduziu o número de camas nos hospitais públicos, o que fez aumentar o negócio do setor privado na saúde, pelo que o PSD e o CDS-PP têm de ser responsabilizados pelo estado da saúde nos últimos quatro anos. E o SNS não colapsou neste período porque é um bom serviço e tem ótimos profissionais que não deixaram que os cuidados de saúde fossem negados às populações, ainda que tenham sido provocados, desmotivados e desmoralizados. Reconhecendo que os profissionais de saúde foram essenciais, tem de se reconhecer que é preciso dar-lhes boas condições de trabalho para desenvolverem a sua atividade. O BE entende que se deve investir no «capital humano» e perguntou ao Ministro se vão ser contratados novos profissionais para o SNS, a fim de garantir médico de família para todas as pessoas, e o que vai ser feito para valorizar os trabalhadores do SNS.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Ministro da Saúde e os Secretários de Estado e toda a sua equipa. Disse que o governo anterior tomou medidas para salvar o SNS, que é um valor fundamental para Portugal, porque através da contenção de despesa foi possível salvá-lo e até obter bons resultados em saúde. Colocou questões sobre a contratação de médicos reformados e perguntou qual o retorno que o governo espera dessa medida, sobre os acordos com a indústria farmacêutica e se confirma que haja um aumento das dívidas a fornecedores externos desde o início do ano, bem como o aumento do prazo do pagamento das dívidas a fornecedores e sobre a situação dos acordos com a indústria farmacêutica.

O Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, respondeu às questões formuladas pelos Grupos Parlamentares. Salientou que o subfinanciamento da saúde é um problema endémico no SNS em Portugal desde há muitos anos e que não pode ser apenas derivado da intervenção ocorrida em 2011, destacando que o subfinanciamento condiciona sempre a capacidade de resposta de um sistema que é baseado na proximidade. Teceu considerações sobre as intervenções dos Deputados, começando por referir que se devem equacionar as escolhas que o país pretende fazer para dotar o SNS de respostas adequadas. Portugal deve discutir com serenidade qual deve ser o paradigma da relação entre o setor público, privado e social, em que os três possam coexistir num quadro de total normalidade, sem entrarem em conflito entre si. Devem discutir-se escolhas e resultados, porque para obter o mesmo resultado podem tomar-se opções diferentes.

Referiu que mantém a intenção de incentivar o regresso voluntário dos médicos que saíram do SNS, dizendo que o Ministério foi tão longe quanto foi possível em termos de capacidade orçamental para captar o seu interesse. É uma matéria que tem de ser negociada e discutida com os sindicatos, frisando ser importante que alguns desses médicos integrem quer as unidades de saúde quer as urgências. Disse que tudo fará para fazer convergir as USF modelo A para as USF modelo B. Informou que a contratualização com os hospitais vai ser alterada, no sentido de os penalizar, do ponto de vista financeiro se não respeitarem os tempos médios da triagem de Manchester e se não respeitarem o que está na lei sobre os tempos máximos de resposta garantida. Informou ainda que vai ser criada uma nova forma de centros de responsabilidade integrada nos hospitais, alterando o modelo de gestão intermédia.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

A terminar, disse que ainda neste mês, em conjunto com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, será anunciada a criação do Conselho Nacional de Centros Académicos de Medicina, que funcionará junto dos hospitais com formação universitária, com o objetivo de ter centros dedicados à investigação, à formação, ao ensino e ao desenvolvimento. Disse também que na semana anterior foi assinado um compromisso plurianual com todos os parceiros económicos, industriais e empresariais, tendo como objetivo dispor de um pacto de estabilidade, a que se seguirão os acordos setoriais, e cujos efeitos remontarão ao início de 2016.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, assim como as informações e os esclarecimentos prestados.

A gravação integral da audição poderá ser acedida através do link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=822&title=audicao-do-ministro-da-saude>

A reunião foi encerrada às 09:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 março 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 19/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Helena Freitas
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Miguel Santos
Moisés Ferreira
João Ramos
Laura Monteiro Magalhães
Rui Riso
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
José Luís Ferreira
Marisabel Moutela
Odete Silva
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: